

## Quadro Comparativo Medida Provisória nº 958/2020

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 33/2020 (Aprovado na Câmara dos Deputados)
	Estabelece normas para a facilitação do acesso ao crédito e mitigação dos impactos econômicos decorrentes da pandemia de coronavírus (covid-19).	Estabelece normas para facilitar o acesso ao crédito com o objetivo de mitigar os impactos econômicos decorrentes da pandemia da Covid-19; altera o Decreto-Lei nº 167, de 14 de fevereiro de 1967, e a <a href="#">Lei nº 10.169, de 29 de dezembro de 2000</a> ; e revoga dispositivo da <a href="#">Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002</a> (Código Civil).
	O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o <a href="#">art. 62 da Constituição</a> , adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:	O CONGRESSO NACIONAL decreta:
	<b>Art. 1º</b> Até 30 de setembro de 2020, as instituições financeiras públicas, inclusive as suas subsidiárias, ficam dispensadas de observar, em suas contratações e renegociações de operações de crédito realizadas diretamente ou por meio de agentes financeiros, as seguintes disposições:	<b>Art. 1º</b> Até 31 de dezembro de 2020, ou enquanto perdurar o estado de calamidade pública reconhecido pelo <a href="#">Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020</a> , as instituições financeiras públicas, inclusive as suas subsidiárias, não exigirão, em suas contratações e em suas renegociações de operações de crédito realizadas diretamente ou por meio de agentes financeiros, o cumprimento das seguintes disposições:
	I - § 1º do art. 362 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo <a href="#">Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943</a> ;	I - § 1º do art. 362 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo <a href="#">Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943</a> ;
	II - inciso IV do § 1º do art. 7º da <a href="#">Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965</a> - Código Eleitoral;	II - inciso IV do § 1º do art. 7º da <a href="#">Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965</a> (Código Eleitoral);
	III - art. 62 do <a href="#">Decreto-Lei nº 147, de 3 de fevereiro de 1967</a> ;	III - art. 62 do <a href="#">Decreto-Lei nº 147, de 3 de fevereiro de 1967</a> ;
	IV - alíneas "b" e "c" do caput do art. 27 da <a href="#">Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990</a> ;	IV - alíneas <sup>Ab</sup> e <sup>Ac</sup> do caput do art. 27 da <a href="#">Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990</a> ;
	V - alínea a do inciso I do caput do art. 47 da <a href="#">Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991</a> ;	V - alínea a do inciso I do caput do art. 47 da <a href="#">Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991</a> ;
	VI - art. 10 da <a href="#">Lei nº 8.870, de 15 de abril de 1994</a> ;	VI - art. 10 da <a href="#">Lei nº 8.870, de 15 de abril de 1994</a> ;

  Texto alterado
   Texto revogado
 abc Texto excluído
 ^ Indicador de exclusão de termo ou dispositivo

## Quadro Comparativo Medida Provisória nº 958/2020

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 33/2020 (Aprovado na Câmara dos Deputados)
	VII - art. 1º da <a href="#">Lei nº 9.012, de 30 de março de 1995</a> ;	VII - art. 1º da <a href="#">Lei nº 9.012, de 30 de março de 1995</a> ;
	VIII - art. 20 da <a href="#">Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996</a> ; e	VIII - art. 20 da <a href="#">Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996</a> ; e
	IX - art. 6º da <a href="#">Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002</a> .	IX - art. 6º da <a href="#">Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002</a> .
	§ 1º O disposto no caput não afasta a aplicação do disposto no § 3º do art. 195 da Constituição, que se dará por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.	^
	§ 2º As instituições financeiras, inclusive as suas subsidiárias, ficam obrigadas a encaminhar à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, trimestralmente, na forma regulamentada em ato próprio dos referidos órgãos, a relação das contratações e renegociações de operações de crédito que envolvam recursos públicos realizadas diretamente ou por meio de agentes financeiros, com a indicação, no mínimo, dos beneficiários, dos valores e dos prazos envolvidos.	§ 1º As instituições financeiras, inclusive as suas subsidiárias, ficam obrigadas a encaminhar à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, trimestralmente, na forma regulamentada em ato dos referidos órgãos, a relação das contratações e <b>das</b> renegociações de operações de crédito que envolvam recursos públicos realizadas diretamente ou por meio de agentes financeiros, com a indicação, no mínimo, dos beneficiários, dos valores e dos prazos envolvidos.
	§ 3º A dispensa de que trata o caput e os seus incisos não se aplica às operações de crédito realizadas com lastro em recursos oriundos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.	§ 2º O disposto no caput <b>deste artigo</b> não se aplica às operações de crédito realizadas com lastro em recursos oriundos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).
		§ 3º Fica vedada a utilização de crédito recebido nos termos deste artigo para fins de distribuição de lucros e dividendos entre os sócios ou acionistas.

  Texto alterado
   Texto revogado
 abc Texto excluído
 ^ Indicador de exclusão de termo ou dispositivo

Elaborado pelo Serviço de Medidas Provisórias - Telefone: 3303-4136  
 (Elaboração: 24/08/2020 04:59)

## Quadro Comparativo Medida Provisória nº 958/2020

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 33/2020 (Aprovado na Câmara dos Deputados)
		§ 4º Fica limitada, até o prazo estabelecido no caput deste artigo, a 0,1% (um décimo por cento) do valor da operação, ou a 1/2 (meio) salário-mínimo, o que for menor, a cobrança de tarifas de estudo de operação na concessão de novas operações de crédito rural, vedada sua cobrança em operações de repactuação de dívidas rurais.
		§ 5º Para microempresas e empresas de pequeno porte, enquadradas no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, o prazo previsto no caput deste artigo será estendido por 180 (cento e oitenta) dias após o seu encerramento.
		§ 6º O disposto no caput deste artigo vigorará até 30 de junho de 2021 para as operações de crédito rural.
		§ 7º O disposto neste artigo aplica-se às operações de crédito realizadas por instituições financeiras privadas, no que for cabível.
<a href="#">Decreto-Lei nº 167, de 14 de fevereiro de 1967</a>	<b>Art. 2º</b> Até 30 de setembro de 2020, fica suspensa a vigência dos seguintes dispositivos do <a href="#">Decreto-Lei nº 167, de 14 de fevereiro de 1967</a> :	<b>Art. 2º</b> <sup>^</sup> O <a href="#">Decreto-Lei nº 167, de 14 de fevereiro de 1967</a> , passa a vigorar com as seguintes alterações:
Art 57. Os bens apenados poderão ser objeto de novo penhor censual e o simples registro da respectiva cédula equivalerá à averbação, na anterior, do penhor constituído em grau subsequente.		“Art. 57. Os bens apenados poderão ser objeto de novo penhor censual em grau subsequente ao penhor originalmente constituído.”(NR)

  Texto alterado
   Texto revogado
 abc Texto excluído
 ^ Indicador de exclusão de termo ou dispositivo

Elaborado pelo Serviço de Medidas Provisórias - Telefone: 3303-4136

(Elaboração: 24/08/2020 04:59)

## Quadro Comparativo Medida Provisória nº 958/2020

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 33/2020 (Aprovado na Câmara dos Deputados)
Art 58. Em caso de mais de um financiamento, sendo os mesmos o emitente da cédula, o credor e os bens apenados, poderá estender-se aos financiamentos subseqüentes o penhor originariamente constituído, mediante menção da extensão nas cédulas posteriores, reputando-se um só penhor com cédulas rurais distintas. .....	I - <u>§ 2º do art. 58</u> ; e	^
§ 2º Havendo vinculação de novos bens, além da averbação, estará a cédula também sujeita a inscrição no Cartório do Registro de Imóveis.		
Art. 61. O prazo do penhor rural, agrícola ou pecuário não excederá o prazo da obrigação garantida e, embora vencido o prazo, permanece a garantia, enquanto subsistirem os bens que a constituem.		“Art. 61. O prazo do penhor rural, agrícola ou pecuário, não excederá o da obrigação garantida e, embora vencido ^, permanece a garantia enquanto subsistirem os bens que a constituem ou a obrigação garantida.
Parágrafo único. A prorrogação do penhor rural, inclusive decorrente de prorrogação da obrigação garantida prevista no caput, ocorre mediante a averbação à margem do registro respectivo, mediante requerimento do credor e do devedor.		Parágrafo único. (Revogado).”(NR)
Art 62. As prorrogações de vencimento de que trata o artigo 13 deste Decreto-lei serão anotadas na cédula pelo próprio credor, devendo ser averbadas à margem das respectivas inscrições, e seu processamento, quando cumpridas regularmente todas as obrigações, celulares e legais, far-se-á por simples requerimento do credor ao oficial do Registro de Imóveis competente.		“Art. 62. Nas prorrogações de que trata o art. 13 deste Decreto-Lei, ainda que efetuadas após o vencimento original da operação, ficam dispensadas a lavratura de termo aditivo e a assinatura do emitente, considerada suficiente, para todos os efeitos, a anotação pelo credor no instrumento de crédito, salvo nas hipóteses estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional.

  Texto alterado
   Texto revogado
 abc Texto excluído
 ^ Indicador de exclusão de termo ou dispositivo

Elaborado pelo Serviço de Medidas Provisórias - Telefone: 3303-4136

(Elaboração: 24/08/2020 04:59)

## Quadro Comparativo Medida Provisória nº 958/2020

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 33/2020 (Aprovado na Câmara dos Deputados)
Parágrafo único. Somente exigirão lavratura de aditivo as prorrogações que tiverem de ser concedidas sem o cumprimento das condições a que se subordinarem ou após o término do período estabelecido na cédula.		Parágrafo único. <b>(Revogado)</b> ."(NR)
Art 76. Serão segurados, até final resgate da cédula, os bens nela descritos e caracterizados, observada a vigente legislação de seguros obrigatórios.	II - <b>art. 76.</b>	^
<a href="#">Lei nº 6.313, de 16 de dezembro de 1975</a>	<b>Art. 3º</b> A <b>Lei nº 6.313, de 16 de dezembro de 1975</b> , passa a vigorar com as seguintes alterações:	^
Art 4º O registro da Cédula de Crédito à Exportação será feito no mesmo livro e observados os requisitos aplicáveis à Cédula Industrial.	<b>"Art. 4º O registro da Cédula de Crédito à Exportação, cabível quando acordado entre as partes, será feito no mesmo livro, observados os requisitos aplicáveis à Cédula Industrial." (NR)</b>	^
<a href="#">Lei nº 10.169, de 29 de dezembro de 2000</a>		<b>Art. 3º</b> O caput do art. 3º da <b>Lei nº 10.169, de 29 de dezembro de 2000</b> , passa a vigorar acrescido do seguinte inciso VI:
Art. 3º É vedado: .....		"Art. 3º ..... .....
		<b>VI - cobrar custas e emolumentos de valor superior a R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) para o registro de garantias vinculadas às cédulas de formalização das operações de financiamento rural."(NR)</b>

  Texto alterado
   Texto revogado
 abc Texto excluído
 ^ Indicador de exclusão de termo ou dispositivo

Elaborado pelo Serviço de Medidas Provisórias - Telefone: 3303-4136

(Elaboração: 24/08/2020 04:59)

## Quadro Comparativo Medida Provisória nº 958/2020

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 33/2020 (Aprovado na Câmara dos Deputados)
		<b>Art. 4º</b> As instituições financeiras públicas e privadas, inclusive suas subsidiárias, ficam proibidas de comercializar a venda de qualquer título de capitalização e de seguro de bens que não estejam diretamente relacionados à produção da atividade rural, nos 30 (trinta) dias subsequentes à contratação do crédito agropecuário, seja destinado a custeio, seja a investimentos.
		Parágrafo único. A prática dos atos vedados no caput deste artigo será considerada abusiva nos termos do inciso III do caput do art. 39 da <a href="#">Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990</a> (Código de Defesa do Consumidor), e será aplicada à instituição financeira infratora a previsão do parágrafo único do referido artigo, sem prejuízo das sanções previstas no art. 56 daquele Código.
		<b>Art. 5º</b> As instituições financeiras que operam no Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) ficam autorizadas a flexibilizar os termos de garantia exigidos para a concessão de créditos de investimento ou de custeio destinados aos produtores de leite, incluída a possibilidade de que utilizem o leite ou os seus animais de produção como garantia ao financiamento.
	<b>Art. 4º</b> Ficam revogados:	<b>Art. 6º</b> Ficam revogados os seguintes dispositivos:
<a href="#">Lei nº 8.870, de 15 de abril de 1994</a>	I - o <a href="#">inciso III do caput do art. 10 da Lei nº 8.870, de 1994</a> ; e	^

  Texto alterado
   Texto revogado
 abc Texto excluído
 ^ Indicador de exclusão de termo ou dispositivo

Elaborado pelo Serviço de Medidas Provisórias - Telefone: 3303-4136  
(Elaboração: 24/08/2020 04:59)

## Quadro Comparativo Medida Provisória nº 958/2020

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 33/2020 (Aprovado na Câmara dos Deputados)
Art. 10. Sem prejuízo do disposto no art. 47 da Lei nº 8.212, de 1991, é obrigatória a apresentação de Certidão Negativa de Débito (CND) pelas pessoas jurídicas e a elas equiparadas, na contratação de operações de crédito junto a instituições financeiras, que envolvam: .....		
III - recursos captados através de Caderneta de Poupança.		
<a href="#">Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002</a>	II - art. 1.463 da <a href="#">Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002</a> (Código Civil); e	I - art. 1.463 da <a href="#">Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002</a> (Código Civil); e
Art. 1.463. Não se fará o penhor de veículos sem que estejam previamente segurados contra furto, avaria, perecimento e danos causados a terceiros.		
<a href="#">Decreto-Lei nº 167, de 14 de fevereiro de 1967</a>		II - § 2º do art. 58 e art. 76 do <a href="#">Decreto-Lei nº 167, de 14 de fevereiro de 1967</a> .
Art 58. Em caso de mais de um financiamento, sendo os mesmos o emitente da cédula, o credor e os bens apenados, poderá estender-se aos financiamentos subsequentes o penhor originariamente constituído, mediante menção da extensão nas cédulas posteriores, reputando-se um só penhor com cédulas rurais distintas. .....		
§ 2º Havendo vinculação de novos bens, além da averbação, estará a cédula também sujeita a inscrição no Cartório do Registro de Imóveis.		
	<b>Art. 5º</b> Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.	<b>Art. 7º</b> Esta <b>Lei</b> entra em vigor na data de sua publicação.

  Texto alterado
   Texto revogado
 abc Texto excluído
 ^ Indicador de exclusão de termo ou dispositivo

Elaborado pelo Serviço de Medidas Provisórias - Telefone: 3303-4136

(Elaboração: 24/08/2020 04:59)